

JANEIRO 2018

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação

CICLO DE CONFERÊNCIAS 2018 NO PORTO

EDUCAÇÃO: FRAGILIDADE EM PERMANÊNCIA

P.12 À P.15



P.2 À P.10 - CLIMA DE DESCONFIANÇA NO PROCESSO NEGOCIAL



P.22, P.23 - FNE EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO DIA DOS PROFESSORES

NESTA EDIÇÃO

P.11 - AR APROVA RESOLUÇÕES NO SEGUIMENTO DE PETIÇÕES DA FNE | P.16 À P.18 - FNE CONTRIBUI PARA FORTALECER UNIÕES UGT | P.19 - TERESA SOARES, PRESIDENTE DO SPCL. "O ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO ESTÁ EM DECADÊNCIA" | P.20, P.21 - TRÊS DIAS DE GREVE NOS AÇORES PELA VALIDAÇÃO DA TOTALIDADE DE TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO | P.24 - FNE DEBATE SEMESTRE EUROPEU NO CENTRO JEAN MONNET | P.25 - REVISÃO DOS RECURSOS ESCOLARES. FNE APRESENTA PROPOSTAS A PERITOS DA OCDE | P.26 - A PETIÇÃO. "PELO RESTABELECIMENTO DAS CARREIRAS DOS NÃO DOCENTES" | P.27 - SEGUNDO RELATÓRIO DA OCDE E DA UNIÃO EUROPEIA. EMPREENDEDORISMO É VALOR ACRESCENTADO PARA GRUPOS DESFAVORECIDOS NO MERCADO DE TRABALHO | P.28, P.29 - JOHN BANGS, PRESIDENTE DA MESA DO TUAC, NA OCDE, EM PARIS. "O FACEBOOK ESTÁ A DESTRUIR AS EMPRESAS" | P.30, P.31 - REGULAMENTO DO CONCURSO DO 1º DE MAIO - DIA DO TRABALHADOR

João Dias da Silva e a portaria que regulamenta o reposicionamento de carreira

“Ministério colocou em cima da mesa uma proposta inaceitável”



A Federação Nacional da Educação (FNE) esteve presente, em 11 de janeiro de 2018, no Ministério da Educação (ME) para uma reunião de abertura de processo negocial sobre o projeto de portaria que visa a regulamentação do n.º 3 do artigo 36.º do Estatuto da Carreira Docente, tendo sido também debatida a negociação da criação do Grupo de Recrutamento de Língua Gestual Portuguesa, com análise da versão proposta pela Tutela do Decreto-Lei que cria este grupo.

João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, liderou a comitiva composta pela Vice Secretária-Geral Lucinda Dâmaso e pelos Secretários Nacionais Josefa Lopes, Maria José Rangel, José Eduardo Gaspar e Gabriel Constantino.

Relativamente ao projeto de portaria que define os termos e a forma em que se processa o posicionamento no escalão da carreira docente dos edu-

cadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, do pessoal com tempo de serviço prestado em funções docentes antes do ingresso na referida carreira, e a que se refere o n.º 3 do artigo 36.º e o n.º 1 do artigo 133.º do respetivo Estatuto da Carreira Docente (ECD), a FNE partiu para esta reunião com uma posição bastante crítica e apresentou à tutela uma apreciação genérica que considera o projeto apresentado como profundamente penalizador dos docentes que, tendo ingressado na carreira com vários – e em alguns casos mesmo muitos – anos de serviço, veem o seu posicionamento influenciado por normas de aplicabilidade muito discutíveis e até injustas.

O documento apresentado ignorava a diversidade de situações existente entre os docentes, pretendendo constituir uma solução simples e um caminho únicos que claramente não enquadram aquela diversidade.

A FNE defende a regulamentação do n.º 3 do artigo 36.º do ECD, considerando que este é um direito que os professores têm desde há muitos anos previsto no Estatuto e nunca cumprido por nenhum Governo até hoje e que comporta o direito que as pessoas têm de serem posicionadas na carreira em função do tempo de serviço que prestaram e alinhando com os professores que com o mesmo tempo de serviço já estão colocados em carreira.

Ora, na saída da reunião, João Dias da Silva afirmou que "o ME colocou em cima da mesa uma proposta de regras para definir esse posicionamento que era totalmente inaceitável. Quer porque continha regras que não podiam ser cumpridas, quer porque criavam injustiças entre professores e mesmo condições inaceitáveis de relacionamento entre professores nas mesmas condições de tempo de serviço.

Para nós houve uma rejeição completa da proposta que o Ministério nos apresentou e defendemos aquele que é o entendimento que nós temos quanto à contabilização total do tempo de serviço, sem qualquer distinção entre tempo anterior e posterior à profissionalização e sem que seja exigido aos professores qualquer tempo de observação de aulas ou exigências de formação contínua que não podiam ser cumpridas porque as pessoas acabaram de ingressar na carreira com a contabilização do tempo que prestaram".

Sublinhe-se que em relação ao tema da observação de aulas, a FNE apresentou neste encontro que em relação aos docentes indevidamente retidos no 1º escalão não pode ser aplicado o dever de terem aulas observadas, uma vez que o processo a que estão sujeitos não corresponde a uma si-

tuação de progressão, mas a uma situação de reposicionamento, em função dos critérios gerais determinados para efeitos de progressão. Já sobre a exigência de formação, a FNE defende não fazer sentido introduzir a exigência de formação contínua, uma vez que o tempo de serviço contabili-

zado corresponde ao tempo de contratação. Só depois de efetuado o reposicionamento, e no quadro do desenvolvimento do escalão em que o docente for integrado, em função do tempo de serviço prestado, é que há lugar à exigência da condição da formação contínua.

EVITAR ULTRAPASSAGENS TRATAR TODOS COM JUSTIÇA

A FNE fez saber ainda ao Ministério, relativamente às ultrapassagens e tempo de serviço prestado antes do ingresso na carreira, que no 1º escalão estão posicionados milhares de docentes que, tendo prestado serviço docente antes do ingresso na carreira, não foram posicionados no escalão a que teriam direito em função do tempo de serviço prestado anteriormente, por ausência da regulamentação prevista no número 3 do artigo 36º do ECD.

Todos os docentes que estão no 1º escalão têm direito a serem posicionados num escalão que corresponda ao tempo de serviço prestado antes do ingresso na carreira, observados que sejam os critérios gerais definidos no ECD para desenvolvimento da carreira. Todo o tempo de serviço prestado antes do ingresso tem de ser considerado, e não apenas o tempo de serviço posterior à profissionalização. Nomeadamente porque, em vários grupos de recrutamento, a inexistência de vias de formação para a docência implicou que, para aceder à profissionalização, os respetivos docentes tivessem de ser contratados sem profissionalização, para depois realizarem a profissionalização em serviço.

De qualquer modo, a aplicação da norma já foi realizada no passado sem qualquer distinção entre tempo de

serviço anterior e posterior à profissionalização. Deste modo, a distinção do tempo de serviço anterior ao ingresso entre o prestado antes e o prestado depois da profissionalização não é aceitável. Só desta forma se evitam as ultrapassagens que surgiriam se não fossem tratados do mesmo modo todos os docentes atualmente posicionados no 1º escalão e a aguardarem o reposicionamento que a lei já lhes deveria ter permitido, por se tratar de circunstância diversa da do congelamento da consideração do tempo de serviço entre 2005 e 2017.

A FNE levou portanto para esta reunião a conclusão de que o documento apresentado para negociação não chegaria a constituir um ponto de partida para uma negociação, facto que acabou por se concluir real no final do encontro. Para o SG da FNE "o que nós e o Ministério da Educação concluímos foi que existem graves divergências jurídicas no entendimento destes procedimentos. E que, portanto, não poderíamos avançar mais na determinação daquilo que são as regras que devem ser definidas para este procedimento, sendo certo que de qualquer modo, seja qual for o tempo que demoremos a determinar a solução, os seus efeitos são sempre reportados a 1 de janeiro de 2018. Esta é uma exigência que consta da Declaração de Compromisso que assinamos no dia

18 de novembro e que tem de ter expressão no que vier a ser a solução final."

Para a FNE é muito claro que não tem de haver distinção de tempo de serviço antes e depois da profissionalização, que não tem de haver exigência de aulas observadas, nem de qualquer formação contínua. As pessoas têm de ser colocadas no ponto de carreira a que têm direito, no mesmo ponto em que estão os colegas que com o mesmo tempo já estão posicionados na carreira.

A FNE vai continuar a defender estes princípios que "para nós são princípios inultrapassáveis, pois são direitos que já deviam ter sido reconhecidos aos professores há muito tempo e que não podem ser confundidos com outro direito que vai ser começado a discutir no próximo dia 24 de janeiro e que é o da contabilização do tempo de serviço congelado. Estas são duas matérias que acabam por se cruzar, mas que têm de ser decididas em processos negociais diferentes. Este é um processo em que nós não abdicamos de garantir que o direito que devia já há muito ter sido reconhecido pela publicação da Portaria em tempo útil e não deixaremos que esta matéria fique por resolver e com toda a justiça a que os professores têm direito", garantiu João Dias da Silva.



DIVERGÊNCIAS JURÍDICAS PROFUNDAS COM A TUTELA

A FNE tem divergências jurídicas profundas com o Governo sobre as questões que envolvem o reposicionamento na carreira, esperando que a tutela garanta respostas políticas capazes de as ultrapassar. Caso o distanciamento de posições se mantiver, a FNE mostra disponibilidade para uma luta sindical convergente.

O ponto que mais afasta o Governo da FNE é o reposicionamento na carreira dos professores que entraram nos quadros depois de 2011, numa altura em que a Função Pública já tinha as carreiras congeladas. Para João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, o documento apresentado pelo Ministério da Educação (ME) para iniciar as negociações não constitui um ponto de partida credível, uma vez que há divergências jurídicas profundas que separam as partes nesta matéria.

Para o SG da FNE seja qual for a questão jurídica que se levante a resposta deve ser de ordem política e o poder político tem obrigação de encontrar uma solução jurídica e tem de dar resposta às expectativas e compromissos que assumiu. "Se houver necessidade de alterar a lei para que o compromisso assumido possa ter concretização é ao poder político que cabe essa decisão", afirmou João Dias da Silva, que acrescentou que "estas são decisões que não são meramente técnicas, têm dimensões políticas e o que dissemos na reunião foi que nesta dimensão política cabe ao ME dar resposta ao compromisso que assumiu".

No centro da discórdia entre a tutela e a FNE está o facto de a proposta da tutela não prever o posicionamento deste grupo de docentes no escalão

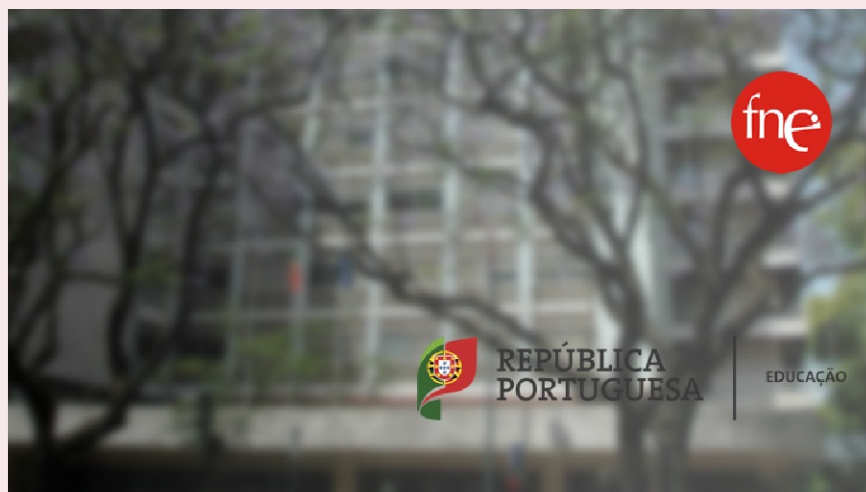
a que têm direito pelo tempo de serviço prestado, incluindo, como é lógico e de direito, o tempo anterior à profissionalização, tal como tinha ficado pré-acordado em novembro. João Dias da Silva sublinhou que só desta forma estes docentes podem ficar em "igualdade de circunstâncias" para o descongelamento em 2018 com os colegas que têm o mesmo tempo de serviço, mas entraram nos quadros antes do ano de 2011.

Por outro lado, há a questão divergente da imposição de observação de aulas, para estes docentes retidos no 1.º escalão da carreira poderem progredir para o escalão a que têm direito. Para a FNE, esta imposição não tem qualquer fundamentação jurídica, pois a proposta do ME é que a progressão aconteça num primeiro momento, durante um mês, para o 2.º escalão, e após a concretização das aulas observadas o docente seja colocado no patamar da carreira correspondente aos anos de serviço.

Chegados a este impasse, a FNE manifestou-se disponível para ações políticas convergentes, que façam prevalecer os princípios constantes da Declaração de Compromisso, sobre descongelamento, reposicionamento e progressão na carreira docente. "Estamos disponíveis para fazer o acerto de ação política naquilo que são aspetos que dizem respeito à valorização e dignificação da carreira docente", afirmou João Dias da Silva. "A convergência na ação não seria a primeira vez nem será, com certeza, a última. Se for necessário, da parte da FNE há todo o empenho para que se procurem mecanismos de convergência na ação".

Sobre a criação do Grupo de Recrutamento de Língua Gestual Portuguesa, a FNE reiterou a saudação que já fez na anterior reunião sobre a iniciativa desta criação, dando assim expressão, finalmente, à consideração constitucional da Língua Gestual Portuguesa, o que já ocorreu há vinte anos. Trata-se de uma solução que vinha sendo reclamada como a que melhor serve o enquadramento destes profissionais, em termos de estabilidade profissional, de expectativas de desenvolvimento de carreira e que melhor serve também a estabilidade para o acompanhamento a que os alunos têm direito.

A FNE levava para discussão o reforço da preferência pela adoção de uma diferente numeração para este Grupo de Recrutamento (que não o 700 que continua a manter-se na proposta atual), pelo facto de na Região Autónoma dos Açores já existir este número para o Grupo de Recrutamento de Educação Especial dos 2º e 3º ciclos dos ensinos básico e secundário. Pois bem, João Dias da Silva anunciou no final da reunião que "foi alcançada a consagração de um novo Decreto-Lei que define um novo grupo de recrutamento que terá o número 360 e não o 700". Os docentes que ingressarem na carreira neste novo grupo de recrutamento e os que não têm profissionalização ficarão no índice 112.



Já em relação ao tempo de que dispõem os docentes para concluir a profissionalização, a FNE conseguiu que na versão que hoje foi discutida se consagrasse ainda esta garantia. Se por razões não imputáveis ao docente o processo de profissionalização não ficar concluído no prazo de um ano após a abertura do primeiro curso haverá que reconhecer o tempo que for necessário para o cumprimento desse nível de profissionalização.

Esta é uma matéria que resolve o problema de um conjunto significativo de docentes, mas que ainda deixa de fora outros docentes, outros técnicos indevidamente designados como técnicos

especializados, nomeadamente os de Língua Gestual Portuguesa, como intérpretes e até de outras áreas como o teatro, onde já há docentes profissionalizados e que não são assim reconhecidos, continuando a ser identificados como técnicos especializados.

A fechar, o SG da FNE disse que "aquilo com que o Ministério da Educação se comprometeu foi a concluir estudos sobre necessidades do sistema educativo relativamente a estes percursos profissionais, para também em relação a eles se equacionar a possibilidade de se criarem os respetivos grupos de recrutamento, o que para nós é essencial que seja determinado".



Novo processo negocial sobre o desenvolvimento da carreira e concursos

Após a maratona negocial com o Governo relativamente ao processo do descongelamento de carreiras, a Federação Nacional da Educação (FNE) regressou ao Ministério da Educação (ME) a 22 de novembro, para o começo de um novo processo negocial sobre o desenvolvimento da carreira e concursos.

A comitiva da FNE, liderada pelo Secretário-Geral (SG) João Dias da Silva, acompanhado pela Vice Secretária-Geral Lucinda Dâmaso e pelas Secretárias Nacionais Josefa Lopes, Maria José Rangel e Fátima Carvalho, levava como primeiro tema para discussão a regulamentação do acesso aos 5º e 7º escalões da carreira. Depois, a regulamentação dos concursos para as escolas de ensino artístico especializado da Música e da Dança e os concursos extraordinários interno e de vinculação eram outros assuntos a debater.

O projeto de portaria apresentado pelo Ministério visa regulamentar um artigo do Estatuto da Carreira Docente que determina as condições de progressão aos 5º e 7º escalões da carrei-

ra docente, aos quais têm acesso, independentemente de vaga, os docentes que tiverem obtido as menções de Excelente e Muito Bom na avaliação de desempenho imediatamente anterior, sendo que as vagas sobranes são ocupadas por Docentes que tenham obtido menção de Bom.

O que significa que nem todos terão acesso a vagas, sendo que, afirma João Dias da Silva, 'a FNE entende que deve existir um número significativo de vagas e uma norma transitória para 2018 que diga respeito a todos os que têm estado à espera de passar para o 5º e 7º escalões, tanto que em 2010, aquando da publicação desta portaria, ainda não havia qualquer congelamento. Portanto, faz sentido após este tempo de trabalho a passagem das pessoas ao 5º e 7º escalões'.

O SG revelou ainda que foram 'discutidas as condições para a realização de um concurso extraordinário interno. É essencial fazer crescer o número de vagas e o ME comprometeu-se a garantir esse aumento de forma que as pessoas possam aceder a lugares mais perto da sua residência'.

A FNE garantiu 'o agendamento de um processo negocial relativo ao que é a diferença entre componente letiva e não-letiva dos horários. Esta situação tem-se arrastado e a FNE tem lutado pela sua resolução.

É preciso que todas as atividades realizadas por professores no processo de aprendizagem sejam consideradas letivas, com o processo negocial a iniciar-se em 30 de janeiro, com impacto a partir do próximo ano letivo. E é por isto que a FNE levantou a greve à atividade não-letiva. A abertura do ME para a negociação desta situação faz reunir as condições para o levantamento dessa greve', afirmou então o Secretário-Geral.

Outro dos temas em cima da mesa para discussão neste encontro era um anteprojeto de Decreto-Lei apresentado pelo Ministério da Educação com vista à aprovação do regime de recrutamento e seleção de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança e que inclui também as normas para o respetivo concurso e ainda para os concursos externo de vinculação e interno antecipado.

RONDAS NEGOCIAIS PROSEGUIRAM

A 20 de dezembro a FNE regressou ao Ministério da Educação para a discussão do normativo que vai regular o concurso externo extraordinário previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2018, assim como o projeto de Portaria das vagas de acesso aos 5º e 7º escalões, cuja redação a FNE continua a considerar insuficiente e desrespeitador dos princípios acordados com o Governo em 2010 e que só não tiveram consequências por ter sido determinado o congelamento de carreiras a partir de 1 de janeiro de 2011.

Novidade para esta reunião foi a discussão sobre o projeto de decreto-lei que cria o grupo de recrutamento da Língua Gestual Portuguesa e que aprova ainda as condições de acesso dos docentes da Língua Gestual.

A delegação da FNE foi constituída por Lucinda Dâmaso, Vice Secretária-Geral da FNE, e pelos Secretários-Nacionais Maria José Rangel, Josefa Lopes e Maria de Fátima Carvalho e ainda José Eduardo Gaspar, Presidente do SDPA, com o Secretário-Geral João Dias da Silva a encabeçar o grupo.

À saída e em declarações ao jornal da FNE, João Dias da Silva fez um balanço da reunião, começando por considerar muito positivo que finalmente se incluía no conjunto dos grupos de recrutamento a criação de um grupo para a Língua Gestual Portuguesa, referindo que é fundamental que o concurso do próximo ano já acolha vagas para receber estes docentes, com o apuramento dessas vagas a corresponder às necessidades que vêm a ser verificadas como permanentes e que têm vindo a ser asseguradas com caráter precário.

Relativamente à discussão dos projetos de lei e portaria para o concurso interno extraordinário e para o acesso aos 5º e 7º escalões, a FNE voltou a reforçar a discordância em relação a qualquer uma das propostas apresentadas pelo Ministério da Educação: 'Sobre o concurso interno extraordinário a FNE volta a dizer que esta não é a solução para resolver o problema dos professores da mobilidade interna, que foram injustiçados e colocados incorretamente em agosto de 2017', acrescentando que 'sobre a

portaria de acesso aos 5º e 7º escalões voltamos a insistir na nossa discordância por ausência de uma resposta clara relativamente ao direito que os docentes têm de transitar de escalão dentro das normas que foram estabelecidas no passado. É preciso impedir que o Governo estabeleça a abertura de apenas uma vaga, por exemplo, para acesso a cada um destes escalões. É necessário estabelecer uma quota nesta portaria que permita a um número significativo de docentes com 'Bom' possam passar para o 5º e 7º escalões, algo que constava no acordo que a FNE estabeleceu com o Governo em 2010'.

Para João Dias da Silva 'a FNE saiu desta reunião com algumas dúvidas relativamente a algumas das matérias discutidas e com a certeza de que as versões que nos são apresentadas não são ainda de acordo com o que achamos justo e adequado para os docentes que representamos', acrescentando ainda que 'equacionaremos a possibilidade de vir a realizar um pedido de negociação suplementar sobre estas matérias'.

FNE AVANÇA COM PEDIDO DE NEGOCIAÇÃO SUPLEMENTAR

A versão final chegou e não continha nenhuma alteração que desse resposta às questões colocadas nas anteriores reuniões de negociação, apesar da insistência da FNE, no decurso desses encontros realizados a propósito deste tema, na necessidade de que a proposta apresentada pudesse ser melhorada, nomeadamente ao ser explícita na determinação dos contingentes

que em cada ano deveriam ser definidos para os Docentes com avaliação de Bom para efeitos de acesso àqueles escalões, e ainda na definição de uma norma transitória que acolhesse os Docentes que viram impedida a sua progressão a esses mesmos escalões, por efeitos do congelamento da carreira docente determinado sucessivamente e que se iniciou em 2011 e

que só deverá terminar em 31 de dezembro de 2017.

Como prometido, a FNE fez chegar no dia 28 de dezembro ao Ministério da Educação uma solicitação para negociação suplementar sobre o projeto de Portaria que visa regulamentar o acesso aos 5º e 7º escalões.

NEGOCIAÇÃO SUPLEMENTAR

Projeto de Portaria que visa regulamentar o acesso aos 5º e 7º escalões.

NEGOCIAÇÃO SUPLEMENTAR SEM AS RESPOSTAS DESEJADAS

A reunião de negociação suplementar aconteceu a abrir o ano de 2018, no dia 3 de janeiro, e contou uma delegação da FNE constituída por Lucinda Dâmaso, Vice-Secretária-Geral da FNE, e pelos Secretários-Nacionais Maria José Rangel, Josefa Lopes e Maria de Fátima Carvalho, com o Secretário-Geral, João Dias da Silva.

Relativamente à Portaria de regulamentação do acesso aos 5º e 7º escalões, a FNE voltou a reforçar a necessidade do Ministério definir claramente o número de vagas que vai abrir para os Professores que, tendo classificação de Bom, poderão aceder a estes escalões, embora a FNE mantenha a rejeição deste princípio administrativo de existência de vagas para acesso a estes escalões, pois "este mecanismo não traduz qualquer verificação da qualidade do desempenho profissional dos professores, nem sequer serve para que os professores possam melhorar as suas práticas, sendo por-

tanto um instrumento meramente administrativo, que faz com que as pessoas demorem mais tempo a cumprir o seu tempo de carreira".

De qualquer forma, a FNE entende que o ME deve definir em despacho esse contingente de acesso, como o ECD prevê, mas com participação sindical. A informação que foi transmitida pelo ME foi de que este procuraria ter como referencial, mas não assumindo um compromisso em relação a isto, o que constava do compromisso negocial de 2010.

A FNE fica a aguardar qual será a resposta do Ministério relativamente à intervenção sindical para a definição do Despacho ainda para este ano.

Em relação à solução sobre o Concurso Interno Extraordinário que a FNE considera "não ser a adequada para resolver os problemas criados pelas colocações de agosto de 2017", o ME

não fará alteração sobre o regime de concurso, com a FNE a reafirmar ser fundamental a realização de uma revisão global do diploma de concursos para corrigir um determinado conjunto de aspetos negativos que dele constam e que, para João Dias da Silva, "seja possível aproveitar esta situação para fazer a redução da dimensão geográfica dos quadros de zona pedagógica, sendo que continuamos a insistir na necessidade de que o número de vagas que venham a abrir este ano em quadro escola e apuramento escola venham a ser altamente significativos para poder ter impacto naquilo que é a vida das pessoas".

Em jeito de resumo, para João Dias da Silva "esta negociação suplementar, infelizmente não traz aquilo que são as respostas que desejávamos, o que nos faz ter de procurar por outros meios as soluções que procuramos para o futuro".

15 de dezembro de 2017

Primeira ronda do processo negocial

O processo negocial que consta do ponto 7 da Declaração de Compromisso assinada no dia 18 de novembro de 2017 iniciou-se no passado dia 15 de dezembro, nas instalações da Direção-Geral da Educação, na Avenida 24 de Julho, em Lisboa.

Numa ronda que se destinava essencialmente a apresentar os dados relativos aos diferentes aspetos em análise no âmbito do modelo a negociar e ainda fixar o calendário negocial estavam em causa as condições em que se operaria o descongelamento da carreira docente, no quadro do que ficou estabelecido no artigo 19º da Lei do Orçamento de Estado 2018, mas no âmbito da ponderação da especificidade da carreira docente, designadamente da sua estruturação numa única categoria e de um modelo de desenvolvimento remuneratório que conjuga diversos elementos.

Desta forma, João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG), liderou a comitiva da FNE que era constituída pela Vice Secretária-Geral, Lucinda Manuela Dâmaso, pelo Presidente da FNE, Jorge Santos e pelos Secretários-Nacionais Josefa Lopes, Maria José Rangel e José Eduardo Gaspar e que foram recebidos pela Secretária de Estado Adjunta da Educação e pela Secretária de Estado da Administração e Emprego Público.

Neste primeiro encontro pós assinatura do Compromisso, o Minis-

tério apresentou vários quadros estatísticos relativamente à distribuição dos professores pelos diferentes escalões apresentando também o impacto da evolução da progressão dos professores sem recuperação de tempo de serviço e o seu impacto financeiro. Foram também apresentados pela tutela dados relativos ao impacto financeiro da recuperação do tempo de serviço, que nos quadros do Ministério da Educação se limitavam aos últimos 7 anos de congelamento.

O SG João Dias da Silva afirmou que "nesta reunião a FNE pediu mais dados estatísticos, nomeadamente sobre a distribuição dos professores de acordo com o número de anos de serviço de cada um, portanto não nos chega saber quantos professores existem em cada escalão, mas também em que ponto está cada professor".

Ficou marcada nova reunião para o dia 24 de janeiro de 2018, com a FNE a ter como passo seguinte analisar internamente estes dados estatísticos fornecidos pelo Ministério preparando, segundo João Dias da Silva, "soluções que garantam durante os próximos anos e até ao termo da próxima legislatura que todos os professores estejam recolocados em situação de carreira, tendo como referencial a anulação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias congelados".

De destacar também a notícia que chegou durante a reunião vinda da Assembleia da República, onde o Projeto de Resolução do Partido Ecologista "Os Verdes", que continha o pedido de contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão de carreira, foi aprovado pela atual maioria, contando apenas com a abstenção do CDS-PP e PSD.



Ponto de honra da FNE, na reunião de 24 de janeiro

Todo o tempo de serviço congelado tem que ser considerado



Em 24 de janeiro de 2018 decorreu, no Ministério da Educação (ME), nova reunião relativa ao tema da recuperação do tempo de serviço congelado e sobre a forma como este tempo irá ser contabilizado na evolução da carreira dos docentes.

A delegação da FNE foi composta pelo Secretário-Geral João Dias da Silva, Vice-Secretária-Geral, Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente da FNE, Jorge Santos e pelos Secretários Nacionais Josefa Lopes, Maria José Rangel e José Eduardo Gaspar.

A FNE manifestou neste encontro uma séria preocupação relativa a este processo negocial, pois outros processos paralelos a este não tem sido vista disponibilidade do ME para o encontro de soluções justas, como por exemplo na questão da portaria de acesso aos 5º e 7º escalões que, ao ser publicada sem ter definida a percentagem de professores que com a classificação de Bom têm direito a progredir, falha assim na busca de boas soluções.

Também relativamente ao tempo de serviço prestado anteriormen-

te à profissionalização para efeitos de posicionamento dos docentes dentro da carreira não há da parte do ME, à partida, a disponibilidade para consideração do que consideramos ser justo e que é um direito destes professores.

Entretanto, sobre esta matéria, e porque se verifica existir uma grave divergência jurídica no entendimento do que a lei estabelece, vamos contribuir com um parecer autónomo, a acrescentar ao do ME, no quadro de um pedido à Procuradoria da República para que esta emita um Parecer relativamente à consideração deste tempo de serviço anterior à profissionalização.

A FNE irá defender o que se entende ser a defesa do tempo de serviço claramente docente, que foi realizado nas escolas e com as mesmas características de professores profissionalizados, sendo que isto aconteceu porque o sistema educativo exigiu o recurso a estes professores que, embora não sendo profissionalizados, tiveram de responder às necessidades desse mesmo sistema, para além de existirem vários grupos de recrutamento cuja etapa de profissionalização só pode existir depois des-

tes professores estarem em exercício de funções.

Todas estas questões, juntando ao facto de o ME ainda não ter aceite as perspectivas da FNE relativamente às normas do concurso interno extraordinário deste ano, criaram, segundo o Secretário-Geral, "uma situação de desconfiança relativamente aos processos negociais e que levou à publicação de uma carta aberta ao Primeiro Ministro, subscrita por todas as organizações sindicais, para manifestar as nossas preocupações sobre o desenvolvimento do atual quadro negocial".

Quanto à tipificação das condições dos professores para a recuperação do tempo de serviço prestado e que esteve congelado, a FNE defende de uma forma muito clara que "todo o tempo de serviço congelado tem de ser considerado, e com efeitos para todos já em 2019, sendo que em todo este processo não pode haver ultrapassagens".

Estas foram as duas mensagens fundamentais deixadas pela FNE neste encontro, para além de que, evidentemente, seguimos na defesa de que o tempo que terá de ser recuperado é de 9 anos, 4 meses e 2 dias, mas que tudo isto tem de ser analisado de forma articulada e coerente para que se respeitem os professores e o trabalho que realizaram, respeitando a sua valorização como profissionais.

A próxima reunião sobre este tema ficou, em princípio, definida para 28 de fevereiro de 2018.

AR aprova Resoluções no seguimento de Petições da FNE

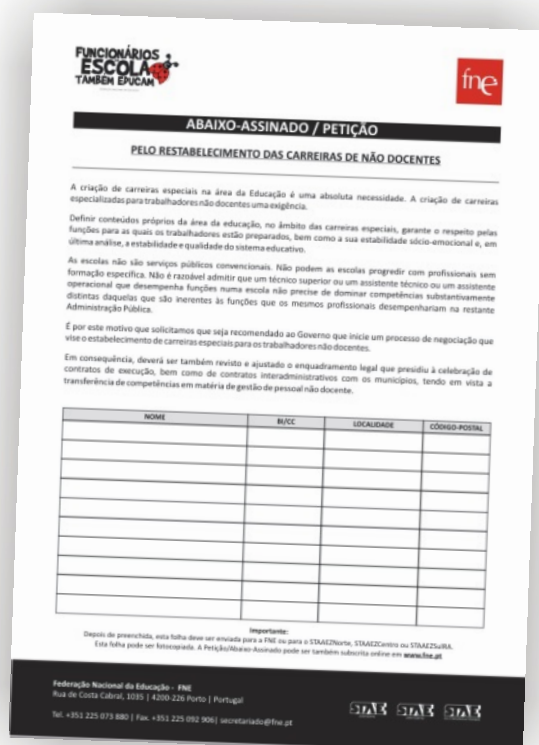
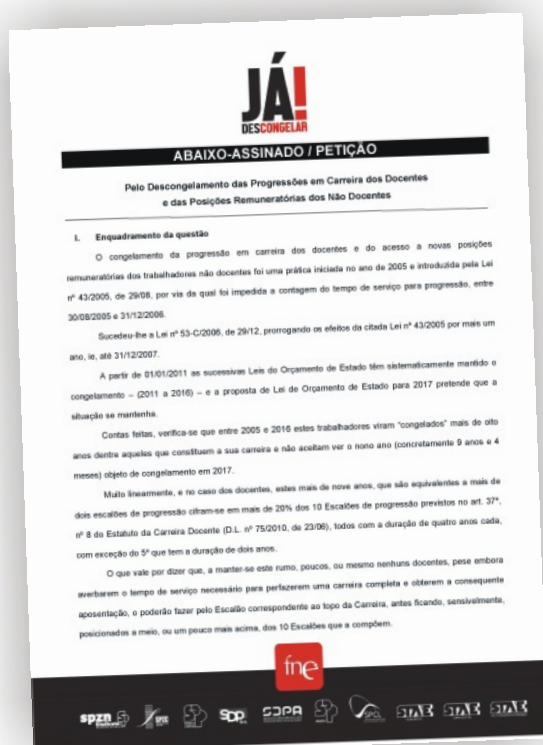
Foi na sequência das Petições "Pelo descongelamento das progressões em carreira dos docentes e das posições remuneratórias dos não docentes" (214/XIII/2ª) e "Pelo restabelecimento das carreiras de não docentes" (272/XIII/2ª), apresentadas pela Federação Nacional da Educação (FNE) e com milhares de assinaturas cada, que o Partido Ecologista "Os Verdes" e o Bloco de Esquerda levaram os seus Projetos de Resolução à discussão em plenário no Parlamento, no dia 13 de dezembro de 2017.

Neste quadro, "Os Verdes" apresentaram o Projeto de Resolução nº 1180/XIII/3ª que definia o princípio de contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão de carreira e indicaram à Assembleia da República que recomendasse ao Governo que, em diálogo com os Sindicatos, garantisse que nas carreiras cuja progressão dependesse do tempo de serviço prestado, fosse contado todo esse tempo para efeitos de progressão na carreira e da correspondente valorização remuneratória.

Este Projeto de Resolução foi então aprovado na Assembleia da República, uma decisão que obriga o Governo a negociar de forma definitiva esta situação já prevista na Declaração de Compromisso.

O primeiro projeto apresentado pelo Bloco de Esquerda (Nº1175 /XIII/3ª [1]) recomendava que se procedesse à avaliação rigorosa e célere das consequências, nas escolas, do processo de fusão das carreiras da administração pública, acrescentando ainda que devia ser iniciado um processo negocial com as organizações representativas dos trabalhadores que visas-se o estabelecimento de carreiras especializadas de trabalhadores não docentes, que contemplasse as funções específicas necessárias ao bom funcionamento das escolas. Este projeto contemplava ainda o pedido de um plano de formação para os não docentes, adaptado às várias funções que lhes são exigidas. Este projeto foi também aprovado pelo Plenário da Assembleia da República.

Uma delegação da FNE esteve presente no debate na Assembleia da República. Esta comitiva foi liderada por João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, e composta por Jorge Santos, Presidente da FNE, Lucinda Manuela Dâmaso, Pedro Barreiros, Laura Rocha e Joaquim Fernandes (SPZN), Fátima Carvalho (SPZC), Maria José Rangel e José Manuel Cordeiro (SDPGL), Josefa Lopes e Paulo Fernandes (SDPSul), Maria Adelaide Lobo (STAAEZN), João Ramalho e Ana Cristina Damasceno (STAAEZC) e Cristina Ferreira, Glória Marta e Ana Cristina Mendes (STAAESul RA).



Construir a diversidade derrubando desigualdades

Realizou-se na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, a primeira Conferência do Ciclo de Conferências 2018, que a FNE organiza em conjunto com a UGT, CEFOSAP, ISCTE-IUL, CBS e a UFP, que se vai estender ao Funchal, Faro, Ponta Delgada, Évora, Coimbra, Braga, Viseu, Bragança e Lisboa.

António Nunes e Miguel Angel Zabala foram os conferencistas convidados para esta conferência que tratou do tema "Educação e Formação para um desenvolvimento sem desigualdades."

Foi numa sala praticamente cheia que João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, deu as boas-vindas aos convidados da Conferência, justificando a realização deste Ciclo de Conferências para 2018 com a necessidade de debate sobre os desafios que se colocam aos sistemas educativos, de forma a contribuir para o Objetivo 4 de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – **"Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos"** -, promovido pela ONU no seu roteiro do milénio.

A UGT uniu-se a esta iniciativa contando com ela também como parte do assinalar dos 40 anos da central sindical, pois ao longo deste tempo a União Geral de Trabalhadores sempre considerou a Educação e Formação como base fundamental para uma sociedade melhor.



Salvato Trigo, Reitor da Universidade Fernando Pessoa, tomou também a palavra na abertura e salientou como o processo educativo provem da epistemologia para a tecnologia. Para o Reitor, a Educação é domínio dos conceitos sendo que com o tempo a sociedade foi dando primazia à tecnologia, salientando ainda que enquanto procuramos a igualdade temos de lembrar que a tecnologia é um processo de desenvolvimento, reforçando que faltam conceitos e sobram ideias neste momento.

Em seguida, o Vereador da Educação da CM Porto, Fernando Paulo, congratulou a FNE e a UGT pela escolha da Cidade Invicta para o início deste Ciclo de Conferências, mostrando a importância que isso tem para a cidade. Sobre o tema, Fernando Paulo deixou o alerta para o futuro: é preciso saber criar inovação com formação. A Educação terá que ser uma prioridade, abrir a escola à comunidade e criar uma rede de saber, considerando que

se exige de forma excessiva que a escola resolva todos os problemas sociais. Para o Vereador, a Educação não é a preparação para a vida: é a própria vida. E aí surge a necessidade de discutir os novos desafios e uma sociedade mais atual.

Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT, tomou a palavra para dar o mote para todo o Ciclo de Conferências: contribuir para um Portugal melhor. Mostrar ao mundo que somos um país com condições únicas e idênticas aos melhores. E que a UGT trabalha para isso, para todos os trabalhadores portugueses, querendo contribuir para um crescimento inclusivo, sustentável, dando o exemplo de como considera injusto que Portugal seja comparado com países de Leste, criando condições para um país cada vez mais competitivo.

A UGT defende que é necessário defender uma melhor Educação e entendê-la como uma via de desenvolvimento. Para Carlos Silva "É preciso entender o papel dos professores, não os tratar como mercadorias que se atira para 200 km de casa colocando em causa a sua sustentabilidade", além de melhorar o acesso ao ensino é também preciso lutar por um Portugal mais inclusivo, considerando a Central como um exemplo de igualdade pois têm e defendem trabalhadores de todas as áreas.



"O TEMPO NÃO PODE SER USADO EM BUROCRACIAS"

O primeiro painel de debate na conferência aconteceu com a moderação do Prof. António Nunes e a participação dos comentadores Rui Leandro Maia (Universidade Fernando Pessoa), Laura Rocha (SPZN/FNE), Paulo Silva (UGT/Porto) e Bernardino Pacheco (SPZN/FNE).

O Prof. António Nunes lançou a conversa trazendo ao debate "A escola de hoje, um espaço de sentidos, de reencontros e de incertezas", considerando que para ele os professores vivem uma vida de fragilidade. Para o Professor, a escola era antigamente uma sequência banal e agora é necessário perceber se pensamos a escola. A questão dos rankings com que as escolas são qualificadas é uma questão que para o professor apenas mostra o que é visível para nós, o exclusivo da verdade e que aquela é a realidade de uma escola.

O invisível é o que nos falta perceber. É necessário trabalhar com o conhecimento, considera o Prof. António Nunes, defendendo a intelectualidade como algo fundamental num professor. Usar isso para olhar, entender as coisas, melhorar a relação pedagógica. A pedagogia melhora o dia a dia pois vai começando uma relação de redescoberta diária. António Nunes criticou a burocracia que é inculcada aos professores. Os docentes precisam usar o tempo para discutir soluções, ajudas e não burocracia. E praticar, muito, a pedagogia.

O Prof. Rui Leandro Maia (UFP) concordou com António Nunes, considerando a burocracia como um dos maiores problemas dado aos professores: "É necessário permitir aos professores tempo para pensar, ler, falar com colegas para construir algo deixando uma crítica ao modelo que a escola atual impõe". Para o Professor da Universidade Fernando Pessoa, o modelo



escolar está mal adaptado para a diversidade, considerando que o aluno 'aprende como tem de aprender'. Pegando na questão dos rankings, também citada por António Nunes, Rui Maia considerou a situação como 'burguesa', mostrando que a performance dos alunos não pode ser medida desta forma, até porque a baixa escolaridade e o rendimento dos pais influencia o rendimento dos alunos na escola.

Já Laura Rocha (SPZN) afirmou que os professores sentem pressão pelo excesso de burocracia, pois quem regula está muito distante e não tem noção da realidade dos docentes. Que é necessário trabalhar mais em conjunto, permitir mais tempo aos professores para criar tarefas conjuntas e ultrapassar o desafio entre a escola cultura e a natural.

Paulo Silva (UGT-Porto) reafirmou "que não é fácil ultrapassarmos as desigualdades num sistema educativo com tantas diversidades como o nosso". Também o representante da UGT na mesa mostrou convicção de que a burocracia não permite combater desigualdades, entrando numa falta de autonomia. De qualquer forma "as janelas de oportunidades são muitas, e ainda esta semana se debateu nas es-

colas o perfil do aluno, com a ideia de trabalhar melhor as competências dos alunos, criando neles uma consciência nova do mundo".

Tal como os colegas de painel, Bernardino Pacheco (SPZN) considerou que a Educação e Formação assumem um papel preponderante num caminho que se pede igual para todos, embora considere "uma tarefa de grande complexidade e energia para todos os atores educativos", acrescentando ainda que "é necessário que a escola consiga encontrar motivações e estratégias para desenvolver as capacidades de cada aluno".

Em resposta aos colegas de painel, o Prof. António Nunes deixou algumas notas. A primeira é que a escola é neste momento um espaço segregador, divisionista e que deixa marcas para nunca se gostar de ler, discutir. A escola tem de ser "um espaço amoroso", mesmo que os alunos não aprendam. É necessário facilitar a inclusão e permitir aos professores que se demonstrem contra a entrega de prémios de mérito e que, desde o pré-escolar, se deixe de copiar o modelo americano no capítulo das festas de final de ciclo, que mostram ser tudo menos inclusivas.

"É NECESSÁRIO VALORIZAR A INTEGRAÇÃO E NÃO OS RESULTADOS"

O segundo painel da manhã foi constituído pelo outro conferencista convidado, o Prof. Miguel Angel Zabalza, que contou com as comentadoras Manuela Diogo (SPZN), Manuela Brito (UGT-Porto) e Susana Marinho (UFP).

Zabalza abriu a conversa com uma pergunta: Como definir a Educação? e prosseguiu procurando dar resposta a esta questão, começando por considerar que a missão que cada um tem com o sujeito está a desaparecer. Para o espanhol, "cada pessoa tem a sua característica e devia ter um processo formativo mais adaptado". Considerou ainda que além de existirem vários tipos de diversidade, poucas escolas acompanham essas diversidades e o atraso de ensino de alguns alunos. A escola tem de redefinir-se para ser flexível e adaptar-se a situações que não estamos acostumados.

Daí, segundo Zabalza, a necessidade de criação de grupos homogêneos ou alternativas de diversidade. Ainda hoje o tema da inclusão é considerado institucional e é necessário alterar isso focando-nos mais no sujeito. O exemplo italiano, onde as escolas sabem no ano anterior que tipo de alunos vão receber no ano seguinte, permite uma preparação e formação dos

docentes e não só para essas situações. Mas para isto é necessário criar uma cultura inclusiva, com políticas inclusivas.

As escolas têm de superar aquilo que o Prof. Zabalza chamou de "estudante imaginário". É preciso conhecer e adaptar o ensino em vez do sistema ser igual para todos. Obrigar a uma diversificação curricular para os estudantes, com espaços para o desenvolvimento e para obrigações. Mas para tudo isto é necessário um trabalho dos professores que tem de ter tudo planeado. Não acontecendo isto, qualquer proposta de diversidade fica eliminada. Sem mudar aquilo que é hoje em dia uma valorização dos resultados em vez da integração dificilmente vamos melhorar o sistema de ensino, segundo Zabalza.

Após a dissertação do académico espanhol, Susana Marinho (UFP) concordou, dizendo que a diversidade mudou e deixou de ser apenas para alunos com necessidades especiais. As soluções apontadas fazem pensar numa redefinição da escola em confronto com o que existe, e para isso a partilha de ideias e experiências entre professores assume um carácter decisivo.



Manuela Diogo (SPZN) defendeu o desafio da escola inclusiva. Para a professora, o atual sistema é um retrocesso em programas standard, desvaloriza o trabalho invisível e carrega de burocracia os docentes, além de referir a escassez de meios, de recursos, algo que contribui para a falta de respostas. Para Manuela Diogo é necessário pensar as escolas e prover um clima de bem-estar.

A psicóloga Manuela Brito (UGT-Porto) reforçou dois aspetos já muito falados até então: a ausência de tempo para os professores se conhecerem melhor e a burocracia com que são sobrecarregados. De forma curiosa, Manuela Brito deixou uma nota para a audiência: grande parte dos seus pacientes são professores, algo que a leva a considerar ser esta uma profissão muito vulnerável ao adoecer psicológico, apontando como causas maiores o facto de serem pedidos resultados, colocando dessa forma muita pressão, algo que podia ser aliviado caso esse pedido fosse trocado por progressos do aluno.



"A ESCOLA ATUAL É UM ESPARTILHO AO CONHECIMENTO"

A sessão de encerramento ficou a cargo da nova Presidente da UGT-Porto, Clara Quental, e da Presidente da UGT, Lucinda Manuela Dâmaso.

Foi Clara Quental quem primeiro falou, naquela que foi a sua primeira ação pública como Presidente da UGT-Porto. Clara Quental referiu que "não basta colocar no papel as igualdades, é necessário torná-las efetivas. É preciso que todos tenham acesso ao ensino e educação. As condições que cada um tem para aceder ao ensino estão dificultadas, pois a diversidade nos alunos, que vai desde o tipo de alimentação, habitação a outras, não pode permitir comparações. Isto condiciona a liberdade de acesso". A Presidente da UGT considerou a escola como "um espartilho à liberdade de pensamento e conhecimento do aluno, tirando a possibilidade de criar e ser criativo", sublinhando ainda que "limitar a criatividade faz com que no amanhã os cidadãos tenham horizontes mais curtos e mais problemas para resolver problemas".



A fechar, Lucinda Manuela Dâmaso congratulou a parceria entre UGT e a FNE, pois a UGT tem consciência do que a Educação representou nestes 40 anos, e nada melhor que esta associação para começar esta celebração de aniversário. A Presidente da UGT salientou a importância que a UGT dá à Educação referindo que possui o CEFOSAP e uma escola profissional pertencente à Associação Agostinho Roseta. Ao longo destes 40 anos hou-

ve sempre preocupação em acompanhar os problemas da Educação. Para Lucinda Dâmaso este debate "colaborou para aumentar responsabilidades e fazer diferenças nos locais de trabalho. É preciso que cada um contribua para uma mudança e tornar felizes os alunos". Por fim, diz que o caminho pode ser longo, mas "vamos lutar para que os alunos possam dizer que é o seu espaço de alegria e aprendizagem".



CONFERÊNCIA ORGANIZAÇÃO

FORTALECIMENTO DAS UNIÕES UGT

O CONTRIBUTO DA FNE E DOS SEUS SINDICATOS



18 DEZ 2017
LISBOA
AUDITÓRIO DA UGT

FNE contribui para fortalecer Uniões UGT

Foi no Auditório da UGT, em Lisboa, que a FNE em colaboração com a UGT organizou, em 18 de dezembro de 2017, a Conferência de Organização 2017 com o tema “Fortalecimento das Uniões UGT - o contributo da FNE e dos seus sindicatos”.

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, foi quem deu as boas-vindas a este debate aos representantes dos sete sindicatos de docentes e não docentes presentes na sala. No discurso de abertura, João Dias da Silva mos-

trou o grande objetivo desta Conferência: tornar as uniões melhores, mais efetivas e perceber o que se pode fazer para melhorar o que não está bem. O representante máximo da FNE abriu a porta à discussão dizendo que cada União tem a sua dinâmica e daí a importância de se ouvir as perspetivas de três Presidentes das Uniões UGT de três zonas diferentes do país.

Em seguida tomou a palavra o Secretário-Geral da UGT, Carlos Silva, que deixou claro na abertura do discurso



que 'as Uniões não substituem a Central' referindo ainda que as Uniões não podem ser uma luta de poder e muito menos serem permitidas 'guerres de bastidores'.

Carlos Silva alertou que as Uniões são 'um patamar de trabalho' e que 'se for preciso fazemos 10 ou mais Conferências para vislumbrar o que queremos para a Educação', acrescentando que 'temos muito para fazer nos vários distritos pois existem dois países dentro do país: a parte litoral que recebe muito e o interior que está esquecido.

Temos de saber o que fazer para melhorar isto e que papel podemos ter no futuro' deixando depois uma palavra para a FNE: 'A FNE sabe o que quer e tem tido um papel de cada vez maior relevo na luta por melhor Educação'.



'Há Uniões que precisam de apanhar o comboio'

O tema 'Uniões UGT - porque nasceram e para que servem' ficou entregue aos Secretários Executivos da Central, Mendes Dias e Paula Viseu. Mendes Dias foi o primeiro a tomar a palavra falando um pouco sobre para que servem as Uniões. A resposta de Mendes Dias foi que 'as Uniões têm a missão de coordenar', dizendo depois 'que existe um défice importante que é o de não conhecerem o trabalho umas das outras'.

O Secretário-Executivo afirmou que faltou na criação das Uniões mais ligação com os sindicatos. Mas é do sindicato o papel fundamental da dinamização. Cabe aos sindicatos criar maior ligação de forma que colaborem para que as Uniões consigam 'apanhar o comboio' com novas formas de relacionamento, acabando a sua intervenção revelando que 'há Uniões que necessitam do apoio da UGT. É necessário mais intervenção'.

Paula Viseu começou por referir que algumas Uniões parecem Delegações pois para a Secretária-Executiva 'não deram o salto'. E expôs algumas das principais preocupações que vê na atual situação das Uniões: 'as pessoas mostram acima de tudo é crítica e indiferença relativamente à União. É necessário um secretariado mais ativo, para dinamizar mais, cabe aos secretariados mexer mais, espreitar as massas' concordando com Mendes Dias no que se refere à necessidade de se realizarem mais atividades, conferências e programas de rua pela União, 'porque esta é a única forma de os trabalhadores sentirem que a União está atenta além de que nós, dirigentes, temos de estar mais perto', finalizou.

Após este debate lançou-se novo tema, desta vez 'Dinâmicas de Uniões UGT' que contou com a participação de Manuel Teodósio, Presidente da UGT-Viseu, Amílcar Coelho, Presidente da UGT-Leiria e Rui Godinho, Presi-

dente da UGT- Setúbal. Coube a Manuel Teodósio a abertura da conversa, apresentando aos participantes o que a UGT Viseu tem conquistado e feito. Teodósio começou por referir que a UGT Viseu tenta oferecer sempre o máximo de dignidade nos locais que escolhe para eventos e que desde 2012 tem vindo a crescer com a criação do Office Center e do Training Center e já em 2016 do Skills Center, que permite a realização de várias formações, aulas de informática e sala de reuniões, além de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) com 1600 inscritos, um dos maiores fora de Lisboa e do Porto. euniões, além de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) com 1600 inscritos, um dos maiores fora de Lisboa e do Porto.

Outro destaque apresentado por Manuel Teodósio foi a criação de um clube de Xadrez na sede da UGT-Viseu e que já permitiu a mais de mil crianças jogarem Xadrez, recuperando uma velha tradição viseense. A UGT- Viseu oferece assim aos sindicatos vários espaços, salas de formação e publicidade às suas ações, sempre sem a intervenção na vida interna de cada sindicato.

Amílcar Coelho, Presidente da UGT-Leiria começou por descrever aquela delegação como 'viva, mas com problemas', dizendo ainda que 'se é preciso fortalecer é porque há fraquezas e é para isso que aqui estamos, para suplantar este desafio'. Amílcar queixou-se que há falta de formação sindical vendo como necessária a aposta nessa vertente, acrescentando que 'as oportunidades nascem no novo tempo sendo que há um problema de não capacitação, de fuga de competências. Temos de perceber que os interesses não podem estar acima das necessidades. É preciso ter o cuidado de conciliar' trazendo à conversa o 'Paradoxo Marshall', que conduziu a desigualdades.



A fechar as intervenções da manhã, Rui Godinho, Presidente da UGT-Setúbal. Godinho é o Presidente mais antigo em funções (8 anos) e começou por dizer que 'a FNE será o futuro da UGT em termos de peso'. Para o Presidente da UGT-Setúbal é muito importante que os Sindicatos participem nos órgãos, que mostrem pro atividade. E sugeriu a criação de um 'plano de ação' para as Uniões: 'É necessário ter instalações e uma Secretária a tempo inteiro' respondendo depois a uma pergunta colocada por si mesmo: 'O que pode a FNE fazer para ajudar as Uniões? Fácil. Os professores precisam de formação específica e apreciam muito essa possibilidade'.

'Precisamos de uma discriminação positiva em alguns pontos'

O ponto que abriu a tarde de Conferência foi "A composição da participação da FNE nas Uniões-UGT- questões estatutárias e de representação". Coube a João Dias da Silva o lançamento do tema, dizendo que é preciso que os trabalhadores acreditem nos Sindicatos e se sintam representados. 'É importante perceber de que forma os podemos representar melhor.

Não perder a ligação e entender quando é que os sócios não se estão a rever no que estamos a fazer'. Para o Secretário-Geral da FNE 'se não estamos próximos parece que não contam conosco. É muito necessário organizar as melhores respostas e que percebam que não resolvemos apenas o problema de um, mas de todos'.

O painel que debateu este tema era composto por Josefa Lopes, Presidente do SDPSul, Maria José Rangel, Vice-Presidente do SDPGL, Cristina Ferreira, Presidente do STAAESRA, João Ramalho, Presidente do STAAEZC e António Teixeira, do STAAEZ Norte.

Josefa Lopes defendeu a ideia de que as Uniões estão esvaziadas de funções porque não oferecem nada, dando o exemplo de uma possível procura pela União para apoio jurídico, algo que não oferecem. Para a Presidente do SDPSul as Uniões oferecem menos que os Sindicatos e com isso esvaziam-se, sugerindo que para existirem melhorias é necessário uma 'discriminação positiva para zonas como, por exemplo, o Alentejo, que tem características diferentes do resto'.

Já António Teixeira expôs os problemas que Vila Real apresenta. O interior tem bastantes problemas mas apontou o exemplo de Viseu, apresentado por Manuel Teodósio como um excelente exemplo. Para Teixeira 'é preciso apostar nas formações. Mas outra solução pode passar por um financiamento às Uniões diferente do que existe agora'.

Cristina Ferreira, apesar de se mostrar cética quanto às Uniões e ao seu futuro, também deu como bom modelo Viseu.

Para a Presidente do STAAESRA, a realidade da zona que abrange é muito específica, dando depois o exemplo de como os concelhos de Setúbal Norte têm mais ligação com Lisboa e os de Setúbal Sul esses sim a ligarem-se mais ao Sindicato.

A Vice-Presidente do SDPGL, Maria José Rangel, deixou o alerta de que é preciso dar resposta aos trabalhadores. Sentirem-se ajudados e apoiados. Para isso, Maria José referiu que 'temos o cuidado de escolher para os secretariados pessoas que possam dar algo mais', defendendo ainda que 'para que as soluções nas Uniões resultem melhor, o plano de atividades deve ser a nível local'.

O debate fechou com a intervenção de João Ramalho para quem o positivo das Uniões é estarem no terreno, sendo que para o Presidente do STAAEZC têm também um papel importante no apoio a desempregados.

Um dia muito útil

O encerramento ficou a cargo de João Dias da Silva e de Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente da UGT e Vice-Secretária-Geral da FNE. Dias da Silva considerou ter sido um dia muito útil. Para o Secretário-Geral da FNE 'a partilha de conhecimento que aconteceu foi um objetivo cumprido. Julgo que resultou muito bem esta Conferência

porque passamos a reconhecer melhor os problemas e aprendemos que há forma de os resolver. É necessário e fundamental a solidariedade, no sentido que todos contribuimos para que a Central seja mais forte. O nosso papel dentro das Uniões é acicatar-mos os líderes'.

A encerrar, Lucinda Dâmaso disse que 'é necessário um tempo de conciliação. Congregar sindicatos e aglutinar os vários polos. Sou uma entusiasta das Uniões. Mas é necessário ajudá-las e a UGT terá que dar o seu apoio. Não nos podemos demitir do nosso trabalho, mas sim melhorá-lo', disse a encerrar a Conferência.



"O Ensino Português no Estrangeiro está em decadência"



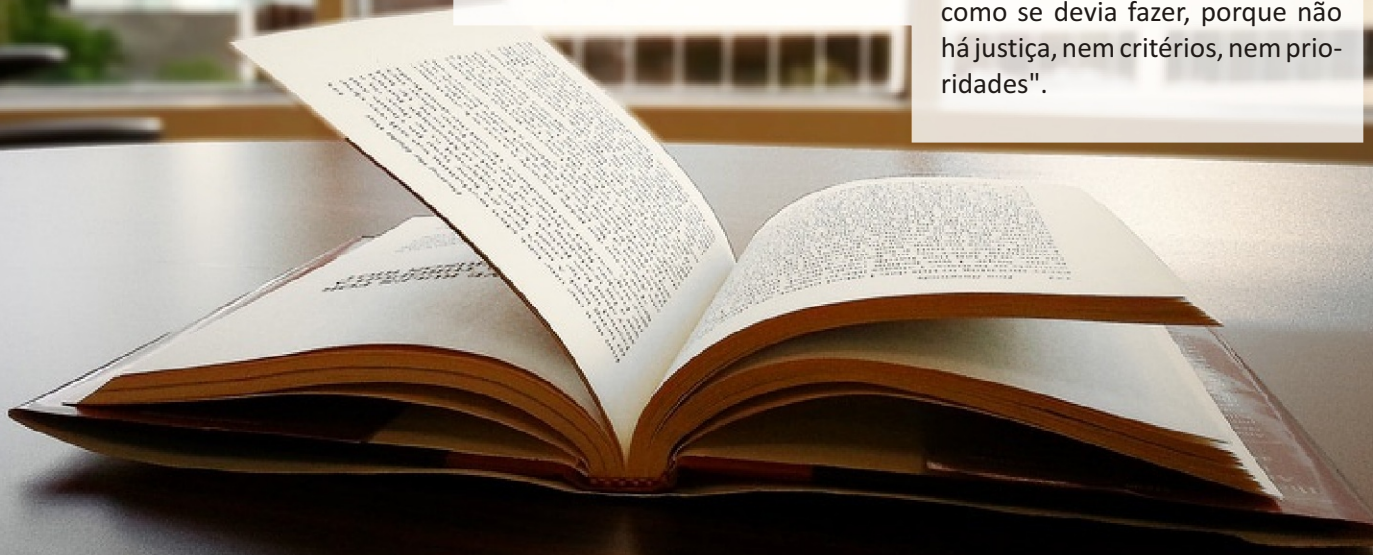
Teresa Duarte Soares, Presidente do Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas (SPCL) falou ao Jornal da FNE para deixar uma breve análise à situação dos professores no Ensino Português no Estrangeiro (EPE), que é tutelado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P..

Para Teresa Soares a situação atual do EPE "está e continua em decadência, pois cada vez há menos professores e menos alunos. Atualmente há 312 professores e 21 leitores a nível mundial o que é mais ou menos metade do número que existia em 2010". Relativamente à qualidade do ensino, a Presidente do SPCL refere que "a qualidade praticamente desapareceu, porque devido à propina que os alunos têm que pagar cada vez é mais difícil reunir entre os 12 e 13 elementos mínimos exigidos para se constituir uma turma. Na prática, acaba-se por acumular dentro da sala de aula alunos de todos os níveis de escolaridade com níveis de conhecimento diferentes. E isto para terem apenas duas horas de português por semana". Teresa Soares afirma que "aquilo

que temos neste momento não se pode chamar bem ensino. Há imensa discriminação dos professores de EPE em relação aos professores aqui em Portugal, porque estamos em prioridade inferior nos concursos. No estrangeiro, os alunos também são discriminados porque têm de pagar a propina de frequência, embora haja alunos de nacionalidade estrangeira (especialmente em Espanha e França) que têm direito a ensino gratuito".

Sobre a questão dos manuais a professora deixou o alerta: "Estão a ser distribuídos gratuitamente para os EUA, Hungria, Roménia e Tunísia, portanto em países onde se têm criado em escolas secundárias cursos de português, manuais grátis que são pagos com o dinheiro dos trabalhadores portugueses, pais dos alunos que temos nos nossos cursos".

Em jeito de resumo, Teresa Soares finalizou dizendo que "vive-se uma situação totalmente discriminatória, em que não temos bom ensino, nem se anda a espalhar a língua nem a cultura portuguesa como se devia fazer, porque não há justiça, nem critérios, nem prioridades".



Três dias de greve nos Açores pela validação da totalidade de tempo de serviço congelado

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS
PROFESSORES DOS AÇORES



O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) realizou uma greve nos passados dias 3, 4 e 5 de janeiro para pedir ao Governo Regional o descongelamento "sem constrangimentos" das carreiras ou a "validação da totalidade de tempo de serviço congelado".

José Eduardo Gaspar, Presidente do SDPA, em declarações ao Jornal da FNE, apontou as razões que levaram a este protesto: "Esta luta tem que ver logo com um problema que já vinha de trás, com as normas de transição da anterior estrutura para a nova estrutura da carreira e que para a maior parte dos docentes levou a uma perda de três anos de tempo de serviço.

Ora, para a grande maioria, que são todos aqueles docentes que estavam posicionados na anterior estrutura até ao 5º escalão, a todos estes docentes a carreira acresce em três anos e torna-se numa carreira de 37 anos e não de 34 como está no Estatuto".

Junto a esta situação acresce a questão do tempo de serviço que vai de 1 de janeiro de 2011 até 31 dezembro de 2017, portanto neste cúmulo de prejuízo de sete anos com o prejuízo dos três anos temos aqui um total de prejuízo de dez anos algo que converte uma carreira de 34 anos em 44.

Para José Eduardo Gaspar "este foi o grande móbil para a greve, sendo que a esta questão acrescentam mais três importantes: a vinculação dos docentes que sucessiva-

mente têm estado contratados a termo resolutivo e que nos Açores, não havendo limitação à contratação sucessiva, temos docentes que estão 10,12,18 anos contratados a termo resolutivo. Para 2018 foi definido o limite de três contratos anuais.

Outro fator é a não atribuição da compensação que é devida e que está definida na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas pela caducidade dos contratos.

Isto aplica-se aos docentes que estão sob alçada do Ministério da Educação, mas não se aplica na Região Autónoma dos Açores porque a região estabelece no Orçamento próprio que os docentes não têm direito a essa compensação se forem novamente contratados até ao final do ano civil, ou seja, até 31 de dezembro; em último juntámos a questão da antecipação da redução da componente letiva em função da idade e do tempo de serviço e também à criação de condições específicas de aposentação.

No conjunto foram estes os motivos que levaram a uma ação de greve".





Esta greve ficou definida para janeiro pois é a partir do primeiro dia de 2018 que os professores sofrem os prejuízos da não consideração deste tempo de serviço, que na prática são dez anos que equivalem a dois escalões e meio ou, considerando o sexto escalão, três escalões completos e que provoca prejuízos remuneratórios em centenas de euros todos os meses aos professores.

A greve foi para o Presidente do Sindicato Açoriano "em crescendo e isso decorreu de um fator espontâneo que foi os professores no primeiro dia de luta terem-se concentrado na praça principal da cidade de Ponta Delgada, nas Portas da Cidade, e isso motivou a que a greve tivesse maior expressão no segundo dia, dia 4, e que tivesse ainda maior expressão no último dia, onde simbolicamente e a encerrar a greve a concentração de

professores em protesto esteve em frente ao Palácio do Governo da região. Consideramos que esta greve começou com uma adesão acima de 20% e foi até muito próximo e eventualmente ultrapassando os 40% de adesão. Dizer aqui que quando apontamos estes valores não temos dados absolutos, pois não nos chegaram elementos de todas as escolas em absoluto, existindo sempre aqui alguma margem de erro, mas o cenário foi este".

Após os três dias de luta, os Professores quiseram ainda no sábado dia 6, sabendo da existência de uma receção oficial na Presidência do Governo Regional, voltar a fazer uma vigília para marcar mais uma vez posição desta contestação e dar visibilidade aos motivos que levaram a esta luta e greve.





FNE nas comemorações do Dia dos Professores e Educadores de São Tomé e Príncipe

O Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe acolheu, nos dias 8 e 9 de janeiro de 2018, o Seminário Internacional e de Formação Sindical “**Valorizar a educação e os seus profissionais para uma educação de futuro**”, no âmbito das comemorações do 2º aniversário da institucionalização do Dia dos Professores e Educadores de São Tomé e Príncipe.

Cerca de 140 delegados sindicais participaram neste seminário, que contou no primeiro dia, como oradores convidados, com o Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação (MECCC), Olinto Daio, que presidiu à abertura do Seminário e com Pedro Barreiros, Secretário Nacional da FNE.

O primeiro painel foi assegurado por estes dois convidados, que abordaram a temática “Professores e Novas Tecnologias no Mundo da Globalização e o seu impacto no sistema educativo”, tendo apresentado as experiências realizadas em São Tomé e Príncipe e em Portugal, seguindo-se um amplo e participado debate entre os presentes.

O primeiro dia de formação foi concluído pela Dr^a Vera Cravid, procuradora do Ministério Público de São Tomé e membro da Associação de Mulheres Juristas,

que apresentou o tema “A Lei Sindical e a Lei da Greve”.

Segundo Gastão Ferreira, Secretário-Geral (SG) do SINPRESTEP, esta iniciativa foi considerada como “uma ferramenta fundamental para a capacitação dos delegados, já que recai sobre o sindicato a preparação destes, de forma que se garanta a promoção de uma educação de qualidade”.

O segundo dia contou com a apresentação do tema “A importância do Estatuto de Carreira Docente no Contexto Socioeconómico dos Docentes”, realizado pelo Dr. Mê-Chinhô da Costa Alegre e do tema “Importância do Sindicato no Diálogo com o Governo na Defesa da Classe Docente”, pelo Coordenador da CPLP-SE, José Augusto Pacheco.

Todos os temas contaram com a participação do Secretário dos Assuntos Educacionais da CNTE do Brasil, Gilmar Soares Ferreira.

O seminário teve o seu fim com a entrega simbólica de certificados a alguns participantes, pelos convidados e foi encerrado com o discurso do Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais, Dr. Emílio Lima.

Visita a escolas

O dia 10 de janeiro serviu para a delegação internacional visitar e ficar a conhecer algumas escolas da região e contactar com os alunos, professores, educadores, pessoal não docente e diretores de escola.



O dia da “Festa”

No dia em que se comemorou o 2º aniversário da institucionalização do Dia Nacional dos Professores, 11 de janeiro de 2018, Gastão Ferreira, no seu discurso, encorajou os docentes a trilharem com afinco a carreira docente já que cabe a estes juntamente com o MECC e o governo a promoção de uma educação de qualidade. “Tenham esperança, sejam fortes, é possível nós em conjunto proporcionarmos ao país uma educação de qualidade, porque uma educação de qualidade faz-se de mãos dadas”, frisou o SG do SINPRESTEP. Dirigiram-se ainda a todos os presentes o Secretário Nacional da FNE, Pedro Barreiros, o Coordenador da CPLP-SE, José Augusto Pacheco e o Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada.



Reunião com o Ministro da Educação

No último dia da presença em São Tomé e Príncipe decorreu uma reunião, no Ministério da Educação, com o Sr. Ministro da Educação, Olinto Daio, para tratar de assuntos relacionados com as necessidades de formação do pessoal docente e sobre a política de manuais escolares que se pretende implementar em São Tomé e Príncipe.



Reunião com o Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação - Olinto Daio (ao centro)



FNE debate Semestre Europeu no Centro Jean Monnet

A Federação Nacional da Educação (FNE) reuniu no final de 2017, no Centro Europeu Jean Monnet, em Lisboa, no âmbito do Semestre Europeu de Coordenação de Políticas Económicas da União Europeia, e relacionado com a missão anual de “fact finding”.

A FNE esteve representada pelos Secretários Nacionais Maria José Rangel e José Manuel Cordeiro (ambos do SDPGL), num encontro que contou com a presença, da parte da Comissão Europeia, de técnicos de várias Direções-Gerais, que acompanham a economia e sociedade portuguesas no quadro da Equipa Nacional (incluindo a Educação e Cultura).

Através de Joaquim Santos, a FNE tem mantido um contacto regular com o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) acerca de todos os assuntos relacionados com o Semestre Europeu, tendo sido desenvolvido, desde 24 de outubro de 2014, um trabalho constante nesta área, de divulgação e inter-

venção sindical na Educação e Formação, tanto na Federação como em articulação com a própria UGT. Uma parte deste trabalho encontra-se em edições anteriores do Jornal da FNE.

O propósito da reunião foi uma troca de impressões e a recolha de informação a integrar na análise subjacente ao Relatório de Portugal 2017, a publicar em fevereiro de 2018. Os pontos de conversa incidiram sobre os seguintes temas: Principais desafios para Portugal em matéria de educação e competências, em particular os relacionados com indicadores-chave que estão abaixo da média da UE:

• Resultados educacionais, principalmente referentes à lacuna identificada em estudantes não-nativos e com situação socio-económica mais desfavorecida. A este nível, o grande problema de Portugal assenta nas assimetrias no país, nas regiões, nos municípios, dentro de cada concelho,

entre escolas da mesma região (TEIP ou não TEIP), entre a própria colocação de professores.

• Desempenho da educação terciária e perspectivas de emprego para estudantes recentemente pós-graduados. Segundo dados divulgados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), quase um em cada dez diplomados no ano letivo 2014-15 estavam desempregados um ano depois. Detalhando os números, 7199 dos 81 953 alunos graduados ao nível académico estavam, em junho de 2016, inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Em declarações ao site da FNE, na saída da reunião, José Manuel Cordeiro disse que 'esta reunião foi muito importante na perspectiva da Federação, porque é a primeira vez que somos chamados no Âmbito do Semestre Europeu e neste caso para os assuntos da Educação. Transmitimos as ideias fundamentais e as preocupações da FNE na matéria da Educação de acordo com o relatório produzido e nesse sentido ficamos com a garantia de que as opiniões dadas pela FNE são tidas em consideração, bem como seremos oportunamente chamados para reconhecimento do relatório e para futuros encontros', acrescentando ainda que 'é muito importante este tipo de reuniões e a FNE assume as suas responsabilidades e comparece sempre nestas circunstâncias', finalizou.



FNE apresenta propostas a peritos da OCDE



A FNE interveio, juntamente com outras instituições e organizações nacionais, na segunda Missão a Portugal de uma equipa de peritos da OCDE, envolvida no projeto "Revisão dos Recursos Escolares", que irá publicar um estudo específico sobre o nosso país.

O foco principal desta reunião, de 9 de janeiro de 2018, estava assente nos pontos fortes do sistema educativo nacional, nos desafios e no papel que as várias partes interessadas desempenham no desenvolvimento e implementação de políticas de recursos escolares, com a equipa de peritos da OCDE a ser composta por Pablo González (Chile), Edith Hooge (Países Baixos), David Liebowitz (EUA), Paulo Lima (Portugal) e Deborah Nusche. A FNE esteve representada nesta reunião pelos Secretários Nacionais Joaquim Santos e José Manuel Cordeiro, a exemplo do que aconteceu na 1ª Missão a Portugal, em 3 de outubro de 2017, em Lisboa.

"Esta foi uma reunião para dar seguimento à reunião de outubro sobre a questão de sabermos se os recursos do sistema educativo português estão

a funcionar bem, de acordo com as necessidades das escolas, dos professores, dos alunos e das comunidades educativas. E na reunião de hoje focamo-nos essencialmente sobre três tipos de recursos: os recursos financeiros, os recursos humanos e os recursos físicos. Em particular, discutiram-se problemas no sistema educativo português como as assimetrias, desigualdades que existem, o que está mal no processo de concurso de professores e o que é possível fazer para o melhorar", afirmou Joaquim Santos.

De acordo com estes três temas discutidos, José Manuel Cordeiro acrescentou que "apresentámos as nossas propostas. Relativamente ao financiamento reforçámos que é preciso premiar as escolas com mais necessidades e fazer uma distribuição mais equitativa das finanças da Educação. Quanto aos equipamentos, é necessário requalificar as escolas que estão degradadas e resolver muitos problemas de interioridade.

No caso dos recursos humanos, falou-se principalmente dos docentes e dos não docentes e nessa área dissemos que é importante repensar as carrei-

ras, quer num caso quer no outro, nomeadamente nos docentes no que toca à reconfiguração da formação inicial e contínua. Mas acima de tudo adequar as carreiras em relação às necessidades de escolas com características muito especiais, não só formalizando a carreira como dar formação, pois isso potencia a qualidade de ensino".

A fechar foi também falada a distribuição escolar e o número de alunos por turma e a necessidade de dizer que "uma coisa é o rácio, outra coisa é a realidade. Ou seja, a diferença entre as escolas do litoral e do interior e falámos também da necessidade de integração de alunos com necessidades educativas especiais que muitas vezes distorcem o rácio e distorcendo o rácio não significa que aumente a qualidade apesar das turmas terem mais alunos".

Relembrar que nesta fase do projeto estão envolvidos ativamente os seguintes sistemas educativos: Áustria, Bélgica (Comunidade Flamengo), Bélgica (Comunidade Francesa), Chile, Colômbia, República Checa, Dinamarca, Estónia, Islândia, Cazaquistão, Lituânia, Luxemburgo, Portugal, República Eslovaca, Eslovénia, Espanha, Suécia e Uruguai. A revisão do nosso país visa apoiar as autoridades portuguesas na identificação de formas de melhorar a equidade e eficiência da alocação de recursos e uso de recursos nas escolas.

A revisão de Portugal está a ser organizada com o apoio da Comissão Europeia (CE) no contexto da parceria mais ampla estabelecida entre a OCDE e a CE para o projeto com a coordenação do trabalho em Portugal a ser realizada pelo Ministério da Educação.

A Petição

“Pelo restabelecimento das carreiras dos não docentes”

Como é do conhecimento público, os STAAES apoiados pela FNE promoveram a circulação de uma petição pública, na qual destacaram entre outras situações, o restabelecimento das carreiras especiais dos não docentes, carreiras que existiam até à entrada em vigor da Lei 12-A/2008, Lei que aprovou a Lei de Vínculos Carreiras e Retribuições (LVCR), que integrou os trabalhadores não docentes nas chamadas carreiras gerais, transversais a toda a Administração Pública.

O que perderam os trabalhadores não docentes com a sua integração nestas carreiras gerais? A especificidade dos seus conteúdos funcionais, que na sua essência sempre estiveram ligados à sua atividade nos estabelecimentos de ensino no apoio educativo, e que sempre estiveram salvaguardados nos estatutos dos trabalhadores não docentes, isto é pela lei, nomeadamente pelo DL 515/99 e pelo DL 184/2004, especificidade que deixou de existir na referida LVCR.

A título de mero exemplo, os conteúdos funcionais dos antigos Auxiliares de Ação Educativa, agora Assistentes Operacionais, pela LVCR, passaram a consistir simplesmente no cumprimento de ordens objetivas e diretas que poderão implicar esforço físico.

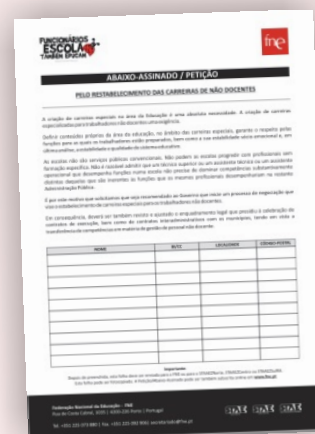
E aqui temos retratado na lei que veio revolucionar a Administração Pública Portuguesa, a LVCR, as funções que se encontram cometidas aos Assistentes Operacionais, antigos Auxiliares de Ação Educativa, que desempenham funções nos estabelecimentos de ensino, ordens diretas que poderão implicar esforço físico.

Com este conteúdo funcional, tão desprezado de qualquer atividade relacionada com o ensino, não vislumbramos qualquer preocupação do legis-

lador pela segurança das crianças nos estabelecimentos de ensino, nem dos sucessivos governos e respetivos ministros da educação, pois desde há mais de 15 anos que os sucessivos ministérios da educação não ministram qualquer formação profissional aos trabalhadores não docentes, sejam Assistentes Operacionais, sejam Assistentes Técnicos, sejam Coordenadores Técnicos ou Encarregados dos Assistentes Operacionais.

Uma das razões que levaram ao lançamento da Petição deveu-se à necessidade que sempre sentimos, após a entrada em vigor da LVCR, pelo abandono destes trabalhadores no que concerne ao apoio que nunca tiveram por parte do Ministério pelas funções que desempenham nos estabelecimentos de ensino, deixando exclusivamente ao seu brio profissional o adquirir mais qualificações técnicas, através da formação ministrada essencialmente pelos sindicatos, formação quase sempre adquirida em horário pós-laboral, sempre com prejuízo da vida familiar destes trabalhadores.

A Petição com milhares de assinaturas, como dissemos, foi defendida pelo Bloco de Esquerda, que levou ao Parlamento um Projeto de Resolução no qual defende o início de um processo negocial com as organizações representativas dos trabalhadores, que vise o restabelecimento de carreiras



especializadas de trabalhadores não docentes, que contemple as funções específicas necessárias ao bom funcionamento das escolas e um plano de formação para os não docentes, formação adaptada às várias funções que lhes são exigidas.

Vários membros da FNE/STAAES estiveram presentes no debate que antecedeu a aprovação do Projeto de Resolução, apresentado pelo Bloco de Esquerda, e constatámos com alguma perplexidade, apesar de estar em discussão a nossa Petição, que muitos deputados não devem ter frequentado a escolaridade obrigatória ou falharam na preparação das suas intervenções, pelo desconhecimento que demonstraram perante a existência dos trabalhadores não docentes, pois falaram das escolas, mas do trabalho desenvolvido por estes trabalhadores não docentes nem uma palavra, à exceção de um número ínfimo de deputados, para esses um bem haja.

Agora só nos resta aos STAAES cavalgar esta Resolução aprovada no Parlamento e levar o governo para a mesa negocial, de modo que as carreiras especiais que sempre defendemos voltem a ser uma realidade e o trabalho dos trabalhadores não docentes da educação seja cada vez mais respeitado e considerado, também como um dos pilares da comunidade educativa em que os trabalhadores não docentes se integram de pleno direito.

João Gois Ramalho
Presidente STAAECENTRO



Empreendedorismo é valor acrescentado para grupos desfavorecidos no mercado de trabalho

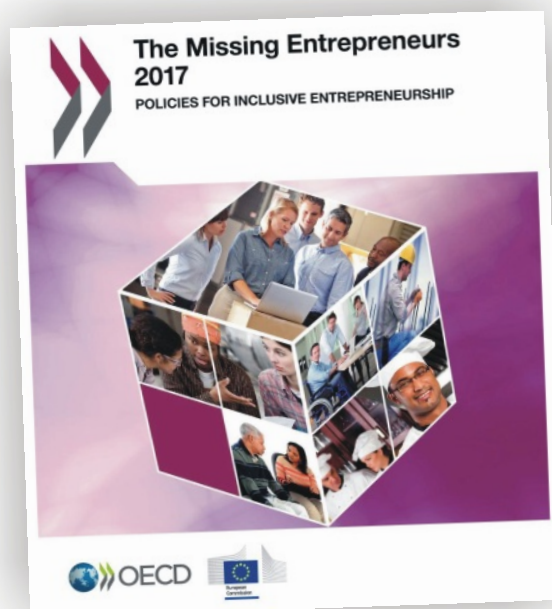
As medidas políticas para facilitar o empreendedorismo entre os grupos desfavorecidos podem ajudar a criar empregos e enfrentar a exclusão social, de acordo com “The Missing Entrepreneurs 2017”, um relatório conjunto da OCDE e da Comissão Europeia.

Os grupos que estão em situação de desvantagem no mercado de trabalho estão menos envolvidos no empreendedorismo do que a população como um todo, embora o empreendedorismo ofereça acesso ao emprego.

Na verdade, somente 634 800 pessoas (3,2%) que estavam desempregadas em 2015 passaram para o trabalho por conta própria em 2016. Apenas 9,9% (9,6 milhões) de mulheres trabalhadoras eram trabalhadores por conta própria, contra 17,5% dos homens. E apesar de mostrarem um amplo interesse no trabalho por conta própria, apenas 4,1% dos jovens que trabalham (15-24 anos) eram trabalhadores por conta própria em 2016.

De facto, mulheres, jovens, migrantes, antigos desempregados e idosos ainda enfrentam várias barreiras para iniciar o seu próprio negócio: eles têm dificuldades no acesso a financiamento, dificuldades em adquirir competências de empreendedorismo e ainda dificuldades na construção de redes empresariais.

As empresas operadas por pessoas de grupos desfavorecidos também são frequentemente de menor qualidade: são menores, têm níveis mais baixos de rotatividade e taxas de sobrevivência mais baixas do que as iniciadas pela população dominante. As medidas políticas podem ser críticas para superar as barreiras especiais ao empreendedorismo enfrentadas por grupos desfavorecidos e melhorar a qualidade dos seus negócios.



O relatório “The Missing Entrepreneurs 2017” faz parte de uma cooperação contínua entre a OCDE e a Comissão Europeia. Outras atividades incluem três edições anteriores do relatório, dez resumos políticos, revisões da política de empreendedorismo juvenil, “avaliações rápidas” de políticas e programas de empreendedorismo inclusivo e o relatório “Inclusive Business Creation: good practice compendium”. A OCDE e a Comissão Europeia também estão a desenvolver uma ferramenta online de empreendedorismo social e inclusivo para auxiliar os formuladores de políticas na conceção e implementação de políticas, estratégias, iniciativas e programas.

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=8057&furtherPubs=yes>

“O Facebook está a destruir as empresas”



“A profissão docente tem que ser atrativa e é necessário dar força aos professores”. A afirmação é de Andreas Schleicher, Diretor de Educação e Competências da OCDE, no início do primeiro dia de trabalhos de mais uma reunião do Grupo de Trabalho de Educação e Competências do TUAC (Comité Consultivo Sindical junto da OCDE), que decorreu em 16 e 17 de janeiro de 2018, na sede da OCDE, em Paris.

“Os países mais avançados não politizaram a Educação”, sublinhou Schleicher, que na sua comunicação ao plenário abordou ainda questões relacionadas com o PISA, PISA em Desenvolvimento, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Resolução Colaborativa de Problemas, recentes publicações da OCDE e uma atualização do Centro de Competências daquela organização internacional.

Esta reunião teve dois aspetos particulares: a presença do francês Pierre Habbard, novo Secretário-Geral do TUAC, eleito pelo Plenário em dezembro de 2017 para um mandato de quatro anos e a admissão formal da Central Unitaria de Trabajadores do Chile

(CUT), a primeiro central sindical sul-americana a integrar o TUAC, agora com 59 confederações filiadas em 31 países da OCDE, representando 66 milhões de trabalhadores.

Dirk Van Damme falou dos planos para a Cimeira das Competências de 2018, lembrando a Cimeira anterior de Bergen (Noruega), em 2016, tendo em vista o caminho traçado até 2025 e adiante. Dirk referiu-se igualmente às Estratégias Nacionais de Competências em curso, incluindo a de Portugal, cujo relatório de diagnóstico foi editado em 2015 e já teve duas reuniões com parceiros sociais e partes interessadas.

Seguiu-se a intervenção de Chiara Monticone, focada no Financiamento da Educação, e com pontos mais incidentes na proteção do consumidor na era digital, literacia financeira para jovens e adultos no G20, no inquérito da OCDE sobre Literacia Financeira de Adultos e nos resultados do PISA 2015 nesta matéria.

O final do primeiro dia de trabalhos do TUAC terminou com o Bem-Estar do Professor e a qualidade da docên-

cia (Pablo Fraser) e finalmente com a preocupação do TUAC pelo uso que a OCDE está a fazer de *Paradata*, ou seja da transformação de toda a informação dos variados relatórios em novos conteúdos informativos / dados de processo, que poderão ser disponibilizados para bases de dados. Em 21 de dezembro de 2017, o TUAC escreveu o esboço de uma carta a ser enviada a Andreas Schleicher, Diretor de Educação e Competências da OCDE, enunciando estas preocupações.

O esboço foi agora de novo discutido para o acerto de uma redação final do documento, ficando os membros do TUAC de enviarem mais uma ou outra sugestão até à última semana de janeiro deste ano.

Uma das particularidades em cima da mesa tem que ver com o uso de análises Big Data em relação à privacidade e consentimento dos dados. Na verdade, o uso de equipamentos baseados em TIC possibilitou a transformação de paradados em novos produtos, que levantam sérias questões relativas à sua produção, uso e segurança.

Algumas das preocupações do TUAC são, por exemplo, as seguintes: 1) em que medida e de que forma a Direção de Educação e Competências da OCDE (ou a OCDE em geral) utilizam paradados na sua análise, bem como ligações entre diferentes inquiridos e avaliações?; 2) a OCDE estabeleceu as implicações éticas, operacionais e / ou legais para publicar paradados que podem ser transformados em dados (informações sobre inquiridos) em suas pesquisas ou em suas publicações? 3) que organizações terceirizadas estão envolvidas na Diretoria de Educação e Competências da OCDE, na grande avaliação de coleta de dados paradados? ou 4) em que medida essas entidades (ou investigadores) podem usar ou reutilizar os dados para fins secundários, incluindo comerciais?

A manhã do segundo dia começou com uma análise do relatório da OCDE sobre a Resolução Colaborativa de Problemas (Volume V do PISA 2015), que gerou alguma contestação sindical, devido ao facto da noção de colaboração da OCDE não aprofundar a colaboração entre humanos e sobrestimar a colaboração com o computador. A delegação japonesa discordou completamente do sentido de colaboração utilizado pela OCDE e Rob Weil (AFT - EUA) sublinhou que **“a OCDE deveria ter-se focado muito mais nas relações humano-humano, porque isto é que é colaboração”**. Rob disse mesmo: **“Esta avaliação assusta-me de morte!”**.

Debateu-se depois o foco da OCDE no Futuro do Trabalho e das Competências e ainda da Estratégia de Emprego, terminando-se na iniciativa da organização no Futuro do Trabalho. Neste ponto, valorizou-se a aplicação de um princípio de transição na utilização do diálogo social como uma ferramenta para antecipar questões relativas à digitalização e a tecnologias verdes, sublinhando-se sempre nas novas formas de trabalho os valores fundamentais dos trabalhadores e salários justos.

Outro item discutido teve que ver com o facto de o Futuro do Trabalho ser também o Futuro da Empresa, uma vez que novos modelos de negócio não se coadunam com modos tradicionais de regulamentação de empresas. Foi veiculado que a diferença entre a presente globalização e outras que a antecederam é precisamente a forma como os modelos de negócio estão regulados e organizados, sendo aqui o Facebook o grande exemplo pela negativa. John Bangs, Presidente da mesa do TUAC, afirmou mesmo que **“o Facebook está a destruir as empresas”**, citando ainda Donald Trump e a China como dois fatores hostis em termos de governança.

Na parte da tarde, decorreu uma mesa redonda sobre os sistemas e a antecipação de competências, que contou com a presença de Stuart Elliott, autor do relatório da OCDE sobre Computadores e o Futuro da Procura de Competências, e que também se centrou



em vários aspetos relacionados com a AI – Inteligência Artificial. Neste âmbito, falou-se ainda sobre que competências para a era digital e do relatório da OCDE em Boas Práticas na Adaptação a Mudanças de Necessidades de Competências.

Depois de um intervalo para café, chegou-se à reta final da reunião, em que se debateram dois pontos: Sistemas Educativos do Ensino Superior e uma atualização do trabalho do TUAC em órgãos da OCDE e com outras organizações globais. No primeiro, o foco centrou-se nos dados do relatório Education At a Glance e no trabalho geral do Eurydice, da Comissão Europeia, neste caso com o foco nas Propinas do Ensino Superior e nos Sistemas de Apoio aos estudantes na União Europeia.

De referir que esta reunião do TUAC deveria ter sido realizada no final de 2017, não o tendo sido devido a falta de sala para o efeito. A próxima reunião realiza-se em 2 e 3 de julho de 2018. O representante da UGT no TUAC é Joaquim Santos.



REGULAMENTO DO CONCURSO

Tema: 1º maio - Dia do Trabalhador

Objetivos

- Compreender o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento do trabalho em grupo.

Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso encontra-se aberto a todos os alunos distribuídos pelos seguintes escalões:

1º escalão - Educação para a Infância (Pintura e Colagem)

2º escalão - 1º Ciclo do Ensino Básico (Pintura)

3º escalão - 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (Pintura)

4º escalão - Ensino Secundário (Pintura)

Os trabalhos do 1º escalão (Educação para a Infância) serão unicamente de pintura ou colagem e coletivos (turma ou jardim de infância).

Os trabalhos do 2º escalão (1º Ciclo do Ensino Básico), serão coletivos (turma ou escola) enquanto os do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e os do Ensino Secundário deverão ser de carácter individual.

Cada concorrente, turma ou jardim de infância/escola só pode concorrer com um trabalho.

Os trabalhos poderão utilizar qualquer tipo de suporte, não devendo ultrapassar o tamanho A3.

Em cada trabalho deverá constar no verso:

- O nome do autor (individual / autores (coletivo));
- Escalão em que concorre(em)
- Nome, morada e telefone (ou endereço de correio eletrónico) do estabelecimento de ensino.

» *A falta de qualquer destes elementos é motivo de exclusão do concurso.*

Prazos

O prazo de entrega dos trabalhos termina no dia 24 de abril de 2018.

Entrega de Trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para as instalações dos sindicatos da FNE, promotores do concurso.

ERA UMA VEZ... O 1º DE MAIO

Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:

- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFJET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor(a) de Educação Visual

Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 27 de abril de 2018 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada modalidade, através das páginas de internet e de facebook da FNE.

Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no local onde a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE - Federação Nacional da Educação, levam a efeito a comemoração do Dia do Trabalhador, no dia 1 de maio de 2018.

Posteriormente os trabalhos premiados serão divulgados nas páginas de internet e facebook da FNE.

Sessão de Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2018.

Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os alunos/turma e os estabelecimentos de ensino terão direito a Diploma de Participação.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

1º Prémio - Tablet

2º Prémio - Máquina fotográfica digital

3º Prémio - Livros / Jogos didáticos

Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da entidade organizadora.



Vê o filme do 1º de maio
em tv.fne.pt



**CONCURSO
NACIONAL
2018**

**o 10º Era uma vez...
De maio**

www.fne.pt

secretariado@fne.pt

FEDERAÇÃO
NACIONAL DA
EDUCAÇÃO

fne

FICHA TÉCNICA
janeiro 2018

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte * Sindicato dos Professores da Zona Centro * Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato Democrático dos Professores do Sul * Sindicato

Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusiadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448
Porto * tel. 225 073 880 *
fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

**produção gráfica e
paginação**
Rafael Marques

fne